

**A COESÃO TEXTUAL EM ARTIGOS DE OPINIÃO DA CNBB: UM ESTUDO
SOBRE A FUNÇÃO DO CONECTIVO CAUSAL E SUAS IMPLICATURAS
ARGUMENTATIVAS**

**TEXTUAL COHESION IN CNBB ARTICLES OF OPINION: A STUDY ON THE ON
THE FUNCTION OF CAUSAL CONNECTIVE AND ITS ARGUMENTATIVE
IMPLICATURES**

Juliana Carla Barbieri Steffler
Mestre em Letras
Universidade Estadual do Paraná
(profjulianacb@hotmail.com)

RESUMO: O trabalho analisa a função coesiva do conectivo causal em artigos da CNBB e sua relação com a construção dos traços argumentativos que lhes são imanentes. Para tanto, toma-se como aparato teórico as considerações de Halliday e Hasan (1976), Koch (1996), Galembeck (2009), Perelman (1999) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) que, em conjunto, apresentam a possibilidade de uma análise conjugada, capaz de levar em consideração os traços sintáticos, semânticos, pragmáticos e discursivos.

Palavras-chave: Coesão. Artigo de opinião. Conectivo causal. Argumentação.

ABSTRACT: This paper analyzes the cohesive function of the causal connective in CNBB articles, and its relation to the construction of argumentative traces that are immanent to it. Therefore, it takes as theoretical apparatus the considerations of Halliday and Hasan (1976), Koch (1996), Galembeck (2009), Perelman (1999), and Perelman and Olbrechts-Tyteca (1999) that together show the possibility of a combined analysis, able to take into account the syntactic, semantic, pragmatic and discursive traces.

Keyword: Cohesion. Opinion article. Causal connective. Argumentation

Introdução

A Linguística Textual (LT¹) pode ser entendida, em linhas gerais, como a área dos estudos linguísticos que tem o texto como escopo de investigação ou objetivo analítico. Destarte, os processos de construção textual assumem lugar de destaque, pois que é por meio deles que a interação se constrói. Nesse afã, segundo Galembeck (2009, p. 117), a LT “assume nitidamente uma feição interdisciplinar, dinâmica, funcional e processual, que não considera a língua como entidade autônoma ou formal”.

¹ Adotar-se-á o a sigla LT para Linguística Textual.

Dentre os processos mais apontados, em termos de textualidade, encontra-se o da coesão, cuja função, relacionada, em linhas gerais à articulação da forma, estende-se também à dos sentidos.

Halliday e Hasan (1976) destacam cinco mecanismos básicos responsáveis pela coesão textual: a referência, substituição, elisão, lexicalização e conjunção. Dentre estas, o presente trabalho tomará como objeto de estudo a última, também denominada conjunção sequencial, cuja função é a de garantir a sequencialidade do sentido. A escolha do objeto de estudo aliado ao aparato teórico (a LT) justifica-se pelo caráter relativamente recente no que diz respeito à descrição do português, tradicionalmente limitada ao binômio coordenação vs subordinação.

Destarte, a investigação do texto, bem como dos mecanismos coesivos de expansão assumirá perspectiva bifronte: por um lado, o objetivo geral do trabalho é analisar as funções sintático-semânticas e pragmático-discursivas dos encadeamentos por conexão causal (realizado tanto por conjunções propriamente ditas, como por perífrases conjuncionais); por outro, no que concerne ao objetivo específico, buscar-se-á investigar o papel argumentativo por ela realizado em artigos de opinião da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Para tanto, primeiramente, o trabalho apresentará alguns pressupostos teóricos, partindo do conceito tradicional de coesão até as mais recentes considerações da LT sobre o assunto, sobretudo no que diz respeito à coesão por conexão causal. *A posteriori*, estes pressupostos serão correlacionados à algumas considerações sobre os mecanismos de argumentação e como estes interagem no *corpus* em análise.

Uma vez apresentados os fundamentos teóricos que alicerçam o trabalho, dar-se-á início à análise propriamente dita do *corpus* constituído por 5 (cinco) artigos disponíveis no site <http://www.cnbb.org.br/site/>.

Pressupostos teóricos

Tradicionalmente, a coesão é definida como traço formal e, por extensão, semântico que se refere às relações de sentido existentes no interior de um texto. Segundo Halliday e Hasan *apud* Koch (1994, p. 17), “a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. A autora defende a existência de 5 cinco formas de coesão: referência (extra ou

intralinguística), substituição (remissão a um termo correlato, mas que não recupera totalmente o item ao qual se refere), elipse (ou anáfora zero), lexicalização (tipo de vinculação textual em que os termos podem ser retomados literalmente ou por sinônimos) e conjunção (responsável pelo estabelecimento de vínculos de natureza lógico-semântica na progressão textual).

Koch (2009) explica que, em virtude da superficialidade da distinção dada pelos autores à referência e à substituição, a maioria dos pesquisadores passou a classificar os recursos coesivos em dois grandes grupos, responsáveis, segundo ela, pelos dois movimentos basilares de construção textual: a remissão a elementos anteriores, e a coesão sequencial. Esta recentemente tem sido entendida não apenas como o mecanismo por meio do qual se estabelece entre segmentos do texto diversas relações de ordem semântica, mas também de ordem pragmático-discursiva, pois que concorre para a progressão textual.

Dentre os mecanismos que viabilizam a coesão sequencial e, por conseguinte, a progressão textual, a autora afirma que o escritor/falante pode, eventualmente, introduzir no texto recorrências de várias modalidades, como a reiteração de itens lexicais, paralelismos, paráfrases, recorrência de elementos fonológicos ou de tempos verbais. Não obstante, destaca o **encadeamento de enunciados** como um dos mais importantes instrumentos de progressão textual que consiste no encadeamento de enunciados por justaposição, com ou sem articuladores explícitos, ou por conexão, cuja presença de conectores é uma constante.

Atendo-se, especificamente, a esse tipo de coesão sequencial – advinda do encadeamento de enunciados por conexão – pode-se citar algumas categorias bastante recorrentes tanto na modalidade escrita, quanto na falada da língua: conexão temporal, condicional, de contraste adversativo, de conformidade, disjunção, conjunção de comentário, de confronto ou comparação e a conexão de causa, de justificativa ou explicação.

Neste trabalho, as acepções **causa**, **justificativa** ou **explicação** serão tomadas como sinônimo, haja vista a linha tênue que as distingue e também os estudos de cunho funcionalista² realizados sobre o assunto que optam por não fazer

² Dentre os estudos funcionalistas, destaque-se os realizados por Halliday (1985), Sweetser (1990) e Neves (2000).

distinção terminológica, mas por uma noção de causa abrange também a de justificativa, explicação e motivo, distinguidas pelas diferentes relações lógico-semânticas que estabelecem.

Assim, por exemplo, as conexões causais realizadas entre estado-de-coisas marcam a causalidade de um evento no mundo real ou mental e, por isso, normalmente, implicam a relação de causa e consequência com subsequência temporal; entre proposições, contudo, a relação causal indica a causa de uma crença ou conclusão; e, finalmente, entre atos-de-fala, ocorre simplesmente a explicação causal acerca de um fato específico o que, implica, por sua vez, uma conexão mais frouxa³. Ademais, essas relações podem apresentar não apenas uma função lógico-semântica, mas também papéis pragmático-discursivos, dentre os quais destaca-se o argumentativo.

Segundo Koch (1996), a interação social por intermédio linguístico caracteriza-se, essencialmente, pela argumentatividade. A autora explica que, o homem, dotado de razões e vontades, pode avaliar, julgar e criticar, formando juízos de valor. Por outro lado, é justamente por meio do discurso (ação verbal dotada de intencionalidade), que o homem procura influenciar o comportamento do outro ou fazer com que o outro compartilhe de suas opiniões.

A argumentação é entendida por Perelman (1999)⁴ como um conjunto de técnicas retóricas e discursivas que permite provocar ou aumentar a adesão em favor de uma determinada tese. O autor explica que toda e qualquer argumentação tem por objetivo primeiro alterar o estatuto epistemológico do ouvinte/leitor em relação às teses às quais aderem, ou simplesmente alterar a intensidade dessa adesão que, por sua vez, pode ser medida face às ações posteriores que ela tende a desencadear. Por isso, explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) que a argumentação não tem como único objetivo a adesão puramente intelectual (ou

³ Tradicionalmente, o primeiro tipo de relação causal é classificado como subordinativo adverbial, enquanto o segundo, como coordenativo explicativo.

⁴ As bases teóricas para o estudo da argumentação estão presentes em Perelman (1999) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) sobre a **Nova Retórica**. A “novidade” consiste na ruptura com alguns fundamentos de base cartesiana e positivista que tem, na evidência, a característica primordial da razão. Tal posição justifica-se sob a premissa de que, se a evidência empírica é fundamento da razão, a argumentação é reduzida, praticamente, a nada. A posição assumida pelos autores (uma retomada da retórica e da dialética gregas) implica uma noção de retórica que vai para além da visão tradicional da razão. Trata-se de uma razão **argumentativa**, melhor adaptada, portanto, às diversas áreas do pensamento nas quais as certezas das ciências exatas não respondem aos problemas suscitados pela dimensão mais ampla das relações humanas.

lógica), mas à ação, no sentido de que aqueles que, de fato, foram persuadidos, passam a incorporar o discurso alheio.

Às considerações de Perelman (1999) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), Breton (2003) acrescenta que a argumentação integra tanto o domínio da ação, quanto o da comunicação. Isso porque, ao entendê-la como um ato que objetiva modificar o contexto de recepção, ou ainda, as opiniões do leitor/ouvinte, o autor leva em conta o fato de que aceitar a opinião do outro acarretará consequências sobre o que se pensava e/ou acreditava anteriormente. Destarte, esse mesmo leitor/ouvinte poderá dispor não simplesmente de **uma informação a mais**, mas de um novo ponto de vista. Assim entendida, a questão da **ação** para Breton (2003) apresenta uma perspectiva bifronte, que parte do escritor/falante em direção à do leitor/ouvinte e retorna ao ponto de partida em termos de meta/objetivo comunicativo que, em potencial, terá sido alcançado.

A partir das considerações apresentadas, é possível distinguir três componentes básicos que interagem entre si no processo de argumentação:

- A **opinião**⁵ do falante/escritor, pré-existente ao seu emprego como argumento, propriamente dito, uma vez que se pode ter uma opinião e não procurar convencer outrem de sua validade;
- O **argumento** que consiste na opinião empregada com o intuito de convencer, ou mais, de persuadir⁶;
- E o **contexto de recepção** que pode ser definido como “o conjunto de opiniões, dos valores, dos julgamentos que são partilhados por um auditório e que existem previamente ao ato da argumentação e vão desempenhar um papel na recepção do argumento”, Breton (2003, p. 29).

A figura seguinte sintetiza, em linhas gerais, o esquema da argumentação apresentados por Perelman (1999), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), e Breton (2003).

⁵ De acordo com Breton (2003), a opinião não se confunde com a fé religiosa que, por sua vez, escapa à argumentação. Tal posicionamento, no entanto, não implica a revisão do objetivo geral desta pesquisa – analisar as orações causais como recurso argumentativo – uma vez que a proposta prevê o estudo dos recursos linguísticos (especificamente, as orações causais) que subsidiam uma dada opinião (tese) por meio da fé, ou do dogma, não constituindo, portanto, a opinião em si.

⁶ Os autores são unânimes ao distinguir o ato de convencer do de persuadir, afirmando o segundo, ao contrário do primeiro, frequentemente, leva à ação o primeiro.

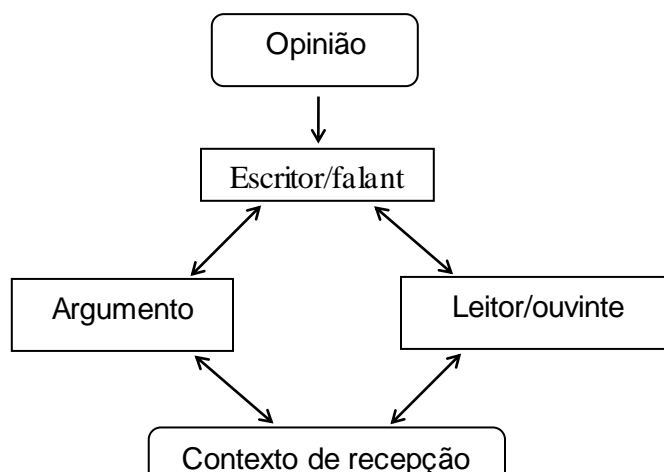


Figura 3. Esquema geral da argumentação

A interação entre falante/escritor e ouvinte/leitor torna-se, assim, indispensável, e a ação do primeiro tende a provocar uma outra ação no segundo. Por outro lado, Perelman (1999) afirma que a argumentação será mais efetiva quanto maior for a propensão à adesão demonstrada pelo ouvinte/leitor⁷.

A par dessa noção, o autor considera importante a distinção entre **argumentação** e **demonstração**, afirmando que esta se fundamenta na lógica, enquanto a segunda, apresenta bases sociológicas e, por isso, é determinada pelas instituições cuja função é a de apresentar modelos reconhecidos e legitimados para a transmissão de valores. A argumentação, nessa perspectiva, depende do que é aceito como verdadeiro, ou, ao menos, verossímil. Além disso, acrescenta que a apresentação de teses (ou afirmações) ora são subsidiadas por argumentos que advêm a) de uma disciplina científica, b) de dogmas, c) de preceitos ou de regras de condutas aprovados, e d) de opiniões que foram admitidas pelo ouvinte/leitor em estágio anterior da discussão, seja ela escrita ou falada.

Das quatro categorias de teses ou argumentos previstas por Perelman (1999), três dizem respeito e são frequentemente empregados no discurso religioso católico: a) a de natureza dogmática⁸ (que inclui as verdades de fé contidas Bíblia,

⁷ Perelman (1999), Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999) e Breton (2003) utilizam o termo **auditório** ao se referirem a ouvintes, em se tratando de um discurso oral, bem como a leitores, quando de um discurso escrito.

⁸ O Catecismo da Igreja define o dogma como “uma forma que leva o povo Cristão a uma adesão irrevogável da fé; propõe verdades contidas na Revelação ou verdades que com estas têm uma conexão necessária” (1993, p. 37).

na Tradição e no Magistério, respectivamente); b) a que diz respeito aos preceitos e regras de condutas legitimados por uma determinada instituição social, como o é a Igreja; e c) a que se refere a opiniões admitidas como coerentes e verdadeiras pelo ouvinte/leitor.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999, p. 299) reconhecem uma significativa variedade **categorias de causas** basilares que podem ser expressas: a) a que relaciona dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, o que o associa, diretamente a estados-de-coisas ou predicções; b) a que, partindo de um acontecimento, aponta a existência de uma causa que pôde determiná-lo, estabelecendo, portanto, formas mais “frouxas” de ligação, cujo estatuto semântico pode estar relacionado a conteúdos proposicionais, atos de fala; e c) a que, também partindo de um acontecimento, tende a evidenciar o efeito dele resultante. A categoria desse último tipo de causa assemelha-se à do primeiro tipo, diferenciando-se deste por apresentar-se anteposta a seu escopo de incidência, em um esquema argumentativo em que primeiro se evidencia a causa e, depois, o efeito.

Relacionando as considerações de Olbrechts-Tyteca (1999) o *corpus* selecionado para análise – artigos de opinião religiosos católicos –, o estudo da coesão sequencial por conexão causal constituir-se-á a par do dogma cristão-católico, articulado em torno de três pilares, segundo o Catecismo (1993): a Bíblia, a Tradição (ou Patrística: ensinamentos dos santos padres, até por volta do século IV), e o Magistério (ensino ordinário e extraordinário da Igreja emanado do Papa e do episcopado).

Nessa perspectiva, a conexão causal tende a conferir à argumentação a prerrogativa de que os valores nela difundidos não são passíveis de discussão, pois que se tratam de verdades incontestes, aceitas à luz da fé, alicerces e fundamentos do discurso religioso. Assim, destacam os autores, as regras do verdadeiro e do falso, do bem e do mal, do oportuno e do inoportuno e, por conseguinte, do real e do não-real, são reconhecidas sob outro ponto de vista: o dogma. Nesse afã, é possível afirmar que os argumentos codificados pela conexão causal podem tanto emergir de uma causal efetiva referente ao mundo real, ou da fé (subsidiada pela Bíblia, Pela Tradição e pelo Magistério).

Análise e aplicação da teoria ao *corpus*

A análise dos 5 (cinco) artigos da CNBB (Altos e Baixos, Jesus revela a nossa humanidade, A “Nobre” arte da pobreza, Paz e Pobreza, e a Paz é fruto da justiça - cujas autorias devem-se a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Dom Aloísio Roque Oppermann (autor de dois dos artigos), Dom Walmor Oliveira de Azevedo, e Dom Murilo Sebastião Ramos Krieger, respectivamente - mostra que a coesão sequencial por conexão causal ocorre, predominantemente, desempenhando a função discursivo-pragmática (4 (quatro) do total de 7 (sete) ocorrências registradas) que relaciona conteúdos proposicionais, ou seja, fatos possíveis, seja em se tratando especificamente do contexto religioso, ou não. Essa preferência, por sua vez, vai ao encontro da segunda categoria de causa, apontada por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999): a que, partindo de um acontecimento, aponta a existência de uma causa que pôde determiná-lo.

Em segundo lugar, também desempenhando a segunda das três categorias de causa, apontadas por Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999), está a ocorrência sequencial por conexão causal que cuja função discursivo-pragmática é a de justificar ou explicar um ato de fala anteriormente desempenhado (2 (duas) do total de 7 (sete) ocorrências).

Em último lugar, com apenas 1 (uma) ocorrência está a coesão por conexão causal que diz respeito à primeira categoria de causa de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999): a que relaciona dois acontecimentos sucessivos dados entre eles, o que o associa, diretamente a estados-de-coisas ou predicacões. Esta, por sua vez, codifica um argumento de ordem dogmática, pois que se trata de uma verdade bíblica e, portanto, incontestado no âmbito religioso cristão-católico. A seguir, exemplificam-se, uma a uma, as ocorrências registradas no *corpus* em análise:

- (1) O sentido do Natal praticamente foi encampado por outros atrativos de felicidade. Que tipo de felicidade? Certamente a felicidade material, embora o ser humano continue a buscar não somente a si mesmo e o seu prazer individual. Está aí a família, onde se partilha o prazer de vivermos a vida em comum. Estão aí também os parentes e amigos, vizinhos e colegas de trabalho. Afinal existem referências, espaços concretos de viver em comum a felicidade que buscamos. **Pois esses se constituem espaços onde construímos efetivamente a felicidade partilhada, co-dividida;**
- (2) Tenhamos sempre em vista a pessoa e a coletividade, eu e os outros, nós e os demais. Não podemos perder essa bússola, que aponta para o norte dos ideais, dos projetos de cidadania, da conquista do

bem coletivo, da inclusão social. Deus está presente nessa busca. Ninguém está sozinho. O amor de Deus estará sempre presente, **pois Deus é Amor que nos ama em primeiro lugar** (PAGOTTO, 2008);

- (3) Não queiramos tudo nas mãos, inclusive possuir o afeto de todos, **pois, um dia nos decepcionamos**;
- (4) Neste Natal queremos anunciar sem ambiguidades, a grandeza do homem, revelada por Jesus. E isso provém de seu conhecimento, **porque ele “sabia o que havia no homem”** (Jo 2, 25);
- (5) A posse de Prefeitos, vice-Prefeitos e Vereadores, traz para o centro do tablado, as mulheres e homens públicos de nossos Municípios. Eles são pessoas muito próximas de nós, **pois receberam a incumbência de resolver os problemas, os planos, e os sonhos das pessoas com as quais convivemos diariamente**;
- (6) A disparidade entre ricos e pobres tornou-se mais evidente, mesmo nas nações economicamente mais desenvolvidas. Trata-se de um problema que se impõe à consciência da humanidade, **visto que as condições em que se encontra um grande número de pessoas são tais que ofendem a dignidade natural e, conseqüentemente, comprometem o autêntico e harmônico progresso da comunidade mundial**;
- (7) Nosso olhar deve voltar-se, também, para a sociedade, **porque a convivência entre as pessoas está ficando cada vez mais difícil**.

Nas ocorrências (1), (2), (5) e (6), observa-se que a coesão sequencial, introduzida, predominantemente pelo conectivo **pois**, desempenham a função discursivo-pragmática que relaciona conteúdos proposicionais (fatos possíveis). Dessas 4 (quatro) ocorrências, 3 (três) constitui um argumento que advém do conhecimento enciclopédico⁹ dos autores (as (1), (5), e (6)), e 1 (uma), um argumento de ordem dogmática, pois que a coesão por conexão causal codifica um argumento que, embora possa ser classificado como enciclopédico, pertence a esfera específica do discurso religioso cristão e, por extensão, católico, conforme pode-se verificar em (2).

Nas ocorrências (3) e (7), a coesão por conexão causal, introduzida pelos conectivos **pois** e **porque**, respectivamente, explica e/ou justifica um ato de fala anteriormente desempenhado e expressa a opinião do autor acerca do assunto

⁹ A noção de **conhecimento enciclopédico ou de mundo** adotada para o presente trabalho é a de Galembeck (2009, p. 118), para quem esse tipo de conhecimento corresponde “às informações armazenadas na memória de cada indivíduo. enunciações acerca dos fatos do mundo e dos conhecimentos episódico e intuitivo, adquirido por meio da experiência.”

sobre o qual discorre. Trata-se, pois, de um argumento de senso comum, ou melhor, segundo Perelman (1999), de opiniões que foram admitidas pelo ouvinte/leitor em estágio anterior da discussão, seja ela escrita ou falada.

E, finalmente, na ocorrência (4), a coesão se dá por meio de um argumento de autoridade bíblica, o que lhe confere a função pragmático-discursiva que relaciona estados-de-coisas ou predicacões, tendo em vista que, no âmbito cristão-católico, um argumento de autoridade bíblica é aceito, à luz da fé, como verdade incontestada e, portanto, um fato real.

Conclusão

Este trabalho analisou as funções sintático-semânticas e pragmático-discursivas dos encadeamentos por conexão causal (realizado tanto por conjunções propriamente ditas, como por perífrases conjuncionais (**visto que**, por exemplo). Ao mesmo tempo, investigou o papel argumentativo por ela realizado em artigos de opinião da CNBB.

Partindo da revisão de alguns pressupostos teóricos sobre o assunto, realizou-se a correlação destes à algumas considerações sobre os mecanismos de argumentação, segundo Koch (1996), Perelman (1999), e Perelman e Olbrechts-Tyteca (1999).

Uma vez apresentadas as teorias que subsidiariam o trabalho, passou-se à análise, propriamente dita, que revelou os seguintes traços no que diz respeito à coesão sequencial por conexão causal e suas implicaturas para a argumentação:

- A coesão sequencial por conexão causal ocorre, predominantemente, entre conteúdos proposicionais, centrados no conhecimento enciclopédico do escritor;
- A única ocorrência desse tipo de mecanismo coesivo entre predicacões está alicerçada em um argumento de ordem dogmático e, por isso, aceito como verdade absoluta no contexto que lhe é próprio;
- As duas ocorrências desse mecanismo cuja função é a de justificar ou explicar um ato de fala anteriormente desempenhado, embora presente, *de per se*, pouca força argumentativa, reforça-se à medida que a

autoridade do argumento se ancora na autoridade de quem o enuncia: um membro do corpo episcopal brasileiro.

Referências

Catecismo da Igreja Católica. 5. ed. São Paulo: Paulinas, 1993.

AZEVEDO, Walmor Oliveira de. **Paz e Pobreza.** 2009. Disponível em: <<<http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=420>>> Acesso em: 20 de janeiro de 2009.

BRETON, P. **Argumentação na Comunicação.** 2ª ed. Bauru: EDUSC, 2003.

GALEMBECK, P. de T. A trajetória da linguística textual: da sequência de frases ao texto no contexto. In: ANTONIO, J. D.; NAVARRO, P. (Organizadores). **O texto como objeto de ensino, de descrição linguística e de análise textual e discursiva.** Maringá: Eduem, p. 113 – 122, 2009.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar.** London: Edward Arnold Publishers, 1985.

____; HASAN, R. **Cohesion in English.** London: Longman, 1976.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual.** 7ª ed. São Paulo: Contexto, 1994.

____. **Argumentação e Linguagem.** 4ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

____. **Introdução à linguística textual.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

KRIEGER, M. S. R. **A paz é fruto da justiça.** 2009. Disponível em: <<<http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=531>>> Acesso em: 14 de abril de 2009.

OLIVEIRA, M. R. de. Linguística textual. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.); OLIVEIRA, M. R. de; CEZARIO, M. M.; *et ali.* **Manual de linguística textual.** São Paulo: Contexto, 195 – 203, 2009.

OPPERMANN, A. R. **A “Nobre” arte da política.** 2009. Disponível em: <<<http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=421>>> Acesso em: 20 de janeiro de 2009.

OPERMANN, A. R. **Jesus revela nossa humanidade**. 2008. Disponível em: <<<http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=374>>> Acesso em: 10 de janeiro de 2009.

PAGOTTO, A. Di C. **A Encíclica de Bento XVI**. 2009. Disponível em: <<<http://www.cnbb.org.br/ns/modules/articles/article.php?id=827>>> Acesso em: 31 de agosto de 2009.

PERELMAN. C; **Retóricas**. Trad. de Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, p. 303-308, 1999.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. de Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, p. 299-309, 1999.

Recebido em 29 de fevereiro de 2016
Aceito em 01 de maio de 2016